

Escreva o nome da Escola, do distrito ou Região Autónoma em que se insere e a Sessão em que participa (Básico ou Secundário). O projeto de Recomendação tem de respeitar os seguintes limites de texto: exposição de motivos – 3300 carateres (incluindo espaços); cada medida – 850 carateres (incluindo espaços). Confira estes limites no seu texto antes de copiar e colar nos espaços previstos.

Identificação da Escola: ESCOLA SECUNDÁRIA JOSÉ FALCÃO
Círculo: COIMBRA
Sessão: ESCOLAR

### Projeto de Recomendação:

**Exposição de motivos:** (considerações ou argumentos que justificam ou enquadram as medidas propostas)

Como é do conhecimento geral, o nosso país enfrenta uma difícil fase, quase sem retorno. Para além da grave crise económica, Portugal encara uma crise demográfica, com repercussões a nível da taxa de natalidade, do índice de envelhecimento e do saldo migratório.

Na nossa sociedade, atravessamos um envelhecimento duplo, que é caracterizado por uma base cada vez mais estreita e por um topo cada vez mais largo na pirâmide etária, isto é, uma fraca taxa de natalidade e uma elevada taxa de envelhecimento. Segundo dados do INE, no período 2002-2012, a taxa bruta de Natalidade diminuiu de 11% para 8,5% e tende a piorar. A taxa de natalidade também atingiu um mínimo histórico neste último ano, ao ficar abaixo dos 90 mil. Pelo contrário, o índice de envelhecimento aumentou de 103,3% para 129,4% no mesmo período.

Para agravar a situação, a falta de oportunidades de emprego e de condições de vida têm provocado um aumento colossal no número de emigrantes, cerca de 121 mil em 2012 (dos quais 52 mil permanentes), e uma diminuição exponencial do número de imigrantes (14 mil permanentes). Tem-se verificado, assim, uma tendência decrescente acentuada no saldo migratório (dado pela diferença entre o número de imigrações pelo número de emigrações), sendo negativo desde 2011.

Outro facto preocupante em Portugal foi o processo de litoralização, que tem fixado imensos jovens no litoral do país devido à maior oferta de emprego e às melhores condições de vida. Com isto, o Interior de Portugal tem sido abandonado gradualmente, deixando estas áreas quase desertificadas.

Com vista à resolução destas questões que nos afetarão num futuro próximo e que nos preocupam em todos os dias que passam, propomos as seguintes medidas:

**Medidas propostas:** (redigir com clareza e objetividade, sem alíneas)

*Escreva o nome da Escola, do distrito ou Região Autónoma em que se insere e a Sessão em que participa (Básico ou Secundário). O projeto de Recomendação tem de respeitar os seguintes limites de texto: exposição de motivos – 3300 carateres (incluindo espaços); cada medida – 850 carateres (incluindo espaços). Confira estes limites no seu texto antes de copiar e colar nos espaços previstos.*

1. Alargamento da rede estatal de creche gratuita, de modo a diminuir a despesa dos encarregados de educação relativos à educação pré-primária. No nosso país, apenas encontramos escolas subsidiadas pelo Estado a partir do 1.º ciclo (das quais reduzido número com infantário). Isto pode apresentar-se como um problema grave pois os pais terão de tirar uma licença de paternidade maior que a desejada ou então terão de pagar por uma creche para os filhos e, como é do conhecimento geral, nem todas as famílias têm condições económicas para tal. Com o alargamento desta rede, daríamos possibilidade a todas as crianças de terem uma primeira abordagem da escola, o que seria benéfico não só para elas como também para o país;

2. Implementação de uma componente mais social nas empresas, apoiando os funcionários, nomeadamente na criação de lugares para deixar os filhos menores durante o horário de trabalho. Um dos principais problemas das famílias reside no facto de os pais não terem local para deixarem os seus filhos durante o horário laboral, visto que nem todos têm o apoio familiar que esse problema requer nem possibilidades financeiras para suportar os custos de um ATL. Deste modo, à semelhança do que é feito em países mais desenvolvidos, os pais teriam um local, perto de si, em que poderiam deixar os seus filhos, acudindo-os sempre que necessário;

3. Alterar as regras de atribuição do abono de família para as que têm três ou mais filhos, tendo em vista o aumento do universo de famílias a serem abrangidas, assim como o aumento dos benefícios fiscais, ao nível do IRS, para estas mesmas famílias, tendo em especial enfoque para as zonas denominadas como interiores. Consideramos que as famílias mais numerosas, que por vezes são as mais desfavorecidas e as mais frágeis, devem ser especialmente protegidas e auxiliadas. Tendo isto em conta, parece-nos que fazer uma reforma ao nível do abono de família (que aumentará o número de famílias contempladas neste apoio) seja o mais justo. Para além disto, propomos a existência de benefícios fiscais em sede de IRS também para as famílias com três ou mais filhos, visto que este imposto carrega sobre os parcos rendimentos da generalidade das famílias, em especial das numerosas. Considerando ainda que na atualidade estamos perante um outro problema demográfico, o êxodo rural, propomos ainda uma majoração a esta redução de imposto nas zonas administrativamente consideradas como interior.